|  |
| --- |
| **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  **DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO** |

**Pregão ELETRÔNICO Nº 20/2017 – Sistema De Registro De Preços**

**Processo Administrativo Nº 23077.008159/2017-31**

**Ata de Registro de Preços**

Aos seis dias de abril do ano de 2017, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inscrita no **CNPJ** sob o **nº 24.365.710/0001-83**, através da **Comissão Especial de Registro de Preços** designada por meio da **Portaria** **nº 22/2016-PROAD, de 10/02/2017**, lavra a presente **Ata de Registro de Preços –** **ARP**, referente ao presente pregão eletrônico, nº **20/2017**, que tem como objeto a Contratação de empresa para Manutenção em Máquinas e Equipamentos de Construção Civil para atender a UFRN, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificado de forma detalhada no ***Termo de Referência*** e no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexos do edital do presente pregão, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no [Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), alterado pelo [Dec. nº 8.250/2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8250.htm).

**1 – Da Vigência**

1. Disposições relativas à Vigência.
   1. A presente ata terá **validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, e será disponibilizada no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) durante todo o período de sua vigência.
      1. Não serão efetuados acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm#art65).

**2 – Do Registro de Preços**

1. Disposições relativas ao Registro de Preços.
   1. O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens do objeto ofertados pelas empresas, constantes deste registro de preço, encontram-se contidos nas tabelas abaixo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **13.119.632/0001-10** - MAXIMUS GESTAO DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - ME | | | | | | |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Fornecimento** | **Quantidade** | **Valor Unitário** | **Valor Global** |  |
| 1 | Manutenção de Máquinas / Portáteis / Operatrizes | SERVIÇO | 1 | R$ 38.000,0000 | R$ 38.000,0000 |  |
| **Marca:** **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:**Serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas e equipamentos da área da construção civil para atender ao campus da UFRN, pelo período de 12 (doze) meses. | | | | | |  |

* 1. Os preços e o(s) particular(es) fornecedor(es) ora registrados decorrem da classificação final do procedimento licitatório sobredito, o qual foi processado em estrita vinculação aos critérios estabelecidos no instrumento convocatório de tal certame.
  2. O registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora deve seguir a sequência da classificação do certame;
  3. O registro a que se refere o inciso acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos [arts. 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art21).
  4. Nas contratações deverá ser respeitada a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços;
  5. Deverá ser divulgada no portal de compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata, o preço registrado com indicação dos fornecedores;
  6. O preço, o fornecedor e o item deverão ser publicados em forma de extrato, na imprensa oficial, bem como disponibilizados todos esses dados e ainda a especificação dos produtos ofertados pela empresa no sítio [Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC](https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf), da UFRN, endereço: http://www.sipac.ufrn.br.

**3 – Das Condições de Fornecimento**

1. Disposições relativas às Condições de Fornecimento.
   1. A UFRN, Órgão Gerenciador, representada pela Comissão Especial de Registro de Preços, será responsável pelos atos de controle e administração desta ata, decorrentes do presente pregão, e indicará sempre que solicitada pelo órgão usuário, respeitada a ordem de registro, os quantitativos a serem contratados, bem como o fornecedor para o qual será emitido o pedido.
   2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de execução dos fornecimentos estabelecidos nesta ata, será indicado o segundo e, assim, sucessivamente, podendo ser indicados mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.
   3. A convocação do proponente pela UFRN, através da Comissão Especial de Registro de Preços, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que o proponente convocado deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.
   4. O proponente que, convocado na forma do subitem anterior, não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no presente edital e seus anexos.
   5. Quando comprovada uma dessas hipóteses, a UFRN poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade.
   6. A marca ofertada, vencedora da cotação, deverá ser a mesma empregada na realização dos fornecimentos previstos no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexo do presente edital, vedada a entrega de outra marca, ainda que similar.
   7. O proponente que não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no respectivo edital e seus anexos.

**4 – Controle e Revisão de Preços**

1. Disposições relativas ao Controle e Revisão de Preços.
   1. Durante a vigência da presente ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFRN promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea [“d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm#art65).
   2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do Inciso II do art. 65 da [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm), a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o item da Ata e iniciar outro processo licitatório.
   3. Quando os preços registrados tornarem-se superiores aos praticados no mercado, por motivo superveniente, a UFRN convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados no mercado.
      1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.
      2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a ordem classificação original.
   4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a UFRN poderá:
2. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art19))
3. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art19))
   * 1. O referido pedido de fornecimento corresponde à Nota de Empenho – NE emitida em favor do fornecedor.
     2. A veracidade dos motivos só poderá ser comprovada mediante apresentação de comprovantes ou documentos idôneos, como Notas Fiscais de aquisição pelo fornecedor que demonstrem o desequilíbrio econômico-financeiro entre a época de realização do presente pregão e a apresentação dos motivos.
        1. As Notas fiscais devem refletir aquisições compatíveis com os quantitativos fornecidos parceladamente à UFRN.
   1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da presente ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, Parágrafo único](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art19))
   2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização da licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
   3. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação dar-se-á pela ordem do registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na presente ata.

**5 – Da Contratação**

1. Disposições relativas à Contratação.
   1. A existência deste Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações dos itens do objeto desta ata, sendo-lhe facultada, caso entenda conveniente, a realização de procedimento específico para a sua execução, sendo, porém, assegurado ao beneficiário deste registro a preferência na execução, em igualdade de condições.

**6 – Da Formalização da Contratação**

1. Disposições relativas à Formalização da Contratação.
   1. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada por intermédio de emissão de Nota de Empenho de despesa.

**7 –** **Do Cancelamento do Registro de Preços**

1. Disposições relativas ao Cancelamento do Registro de Preços.
   1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados.
      1. O proponente terá o seu registro de preço cancelado na presente ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
      2. O cancelamento a pedido do proponente dar-se-á quando:
2. mediante solicitação por escrito, ele comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do presente edital e de seus anexos, tendo em vista a ocorrência de fato superveniente, desde que a justificativa constante da solicitação seja razoável e aceita pela Comissão Especial de Registro de Preços;
3. o preço registrado por ele tornar-se comprovadamente inexequível em função da elevação no mercado dos preços dos insumos que compõem o custo do produto/serviço objeto do presente edital.
   * 1. O cancelamento unilateral por iniciativa da UFRN dar-se-á quando:
4. o proponente não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste preço tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
5. o proponente sofrer sanção prevista nos incisos [III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm#art87iii), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm#art7), caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
6. o proponente registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
7. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
8. o proponente registrado não cumprir as obrigações decorrentes da presente ata, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
9. o proponente não formalizar contrato decorrente da presente ata ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
10. o proponente não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da presente ata;
11. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na presente ata ou nos pedidos dela decorrentes;
12. o proponente deixar de executar total ou parcialmente o contrato relativo ao presente Registro de Preços;
13. o proponente der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste Registro de Preços.
    * 1. A comunicação do cancelamento de preços registrados, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será efetuada pessoalmente ou por correspondência com Aviso de Recebimento – AR, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem a presente ata.
      2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a UFRN, através da Comissão Especial de Registro de Preços, fará o devido apostilamento na presente ata e informará aos proponentes a nova ordem de registro, convocando os demais licitantes de acordo com a ordem de classificação original.
      3. A presente ata será cancelada automaticamente:
14. por decurso do prazo de vigência;
15. quando não restarem fornecedores registrados.
    * 1. A revogação da presente ata será publicada em forma de extrato no DOU – Seção III.

**8 – Do Remanejamento**

1. Disposições relativas ao Remanejamento.
   1. Na presente ata, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador (UFRN) entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços ([IN da SLTI/MPOG nº 6/2014](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-ndeg-6-de-25-de-julho-de-2014), art. 2º).
      1. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não-participante.
      2. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos [§§ 3º e 4º do art. 22 do Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art22).
      3. Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.
      4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
      5. A Administração poderá utilizar recursos de Tecnologia da Informação na operacionalização do disposto na supracitada Instrução Normativa e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.

**9 – Das Partes Integrantes**

1. Disposições relativas às Partes Integrantes.
   1. O ***Termo de Referência*** do presente pregão, **nº 20/2017**, constitui parte integrante da presente ata, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

**10 – Do Foro**

**10.1 –** Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o [art. 109, inciso I, da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art109i).

**Comissão Especial**

...............................................................................................

...............................................................................................

...............................................................................................

**Empresa:** MAXIMUS GESTAO DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA – ME

REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_FONE/FAX: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_